

303 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 3

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos.
 - Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Verifique se o tipo de prova que consta na capa coincide com o tipo indicado no rodapé de todas as páginas posteriores. Em seguida, **assinale na Folha de Respostas a Letra A**, correspondente ao tipo de prova.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **3 (três) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, que será o único documento válido para correção e poderá levar o Caderno de Questões.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- Não se esqueça de assinalar, na FOLHA DE RESPOSTAS, a letra correspondente ao seu tipo de prova: **LETRA A**, conforme modelo abaixo:

PROVA A PROVA B PROVA C PROVA D

- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:

- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

06/2013

Espaço reservado para anotação das respostas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA – EDITAL Nº 1/2013

303 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 3 – PROVA A



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: _____

Inscrição: _____

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **03 de junho de 2013**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61. Considerando as Leis nº 9.279/1996, nº 9.782/1999, nº 6.360/1976, os Decretos nº 4.074/2002, nº 79.094/1977 e o Decreto-Lei nº 2.848/1940, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos independe da prévia anuência da ANVISA.
- (B) Cabe aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Saúde e do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competências promover a reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins quando surgirem indícios da ocorrência de riscos que desaconselhem o uso de produtos registrados ou quando o País for alertado nesse sentido, por organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos.
- (C) Compete à ANVISA promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, exceto o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.
- (D) A gama de produtos sujeitos ao regime sanitário, embora extensa, não é abrangente, compreendendo medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, que não podem ser industrializados, expostos à venda, ou entregues a consumo, sem o registro do órgão competente.
- (E) Importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribuir ou entregar a consumo, produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais, sem registro no órgão de vigilância sanitária competente, quando exigível, são condutas tipificadas como crime. Segundo o STJ, para a prática da referida conduta, na hipótese de insumos destinados a fins terapêuticos ou medicinais, exige-se perícia, não bastando a ausência de registro na ANVISA.

62. Sobre as fontes do direito sanitário, é correto afirmar que

- (A) são consideradas fontes diretas ou materiais do Direito Sanitário: os costumes, a doutrina, a jurisprudência e a atuação da sociedade organizada.
- (B) a Constituição Federal é uma fonte indireta não específica e específica do direito sanitário.
- (C) se destacam na Constituição Federal como fontes não específicas do Direito Sanitário as normas jurídicas que tratam do meio ambiente, da educação, cultura e desporto.
- (D) se destacam no campo internacional como fontes específicas do Direito Sanitário a Carta de São Francisco, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966 e a Carta da OEA e a Convenção Americana de Direitos Humanos.
- (E) a CLT é considerada uma fonte indireta não específica do Direito Sanitário.

63. Assinale a alternativa que apresenta apenas condutas tipificadas como crimes contra a saúde pública.

- (A) Exercer o curandeirismo fazendo diagnósticos; expor a perigo a saúde de pessoa sob sua vigilância, para fim de ensino, privando-a de alimentação; ter em depósito substância destinada à falsificação de produtos alimentícios.
- (B) Inculcar ou anunciar cura por meio infalível; alterar produto destinado a fins terapêuticos; exercer a profissão de dentista, sem autorização legal.
- (C) Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, desde que destinada à alimentação ou a fim medicinal; corromper água potável, de uso particular, tornando-a imprópria para consumo; infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução de doença contagiosa.
- (D) Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, substância não expressamente permitida pela legislação sanitária; causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos; expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente.
- (E) Poluir água potável, de uso particular, tornando-a imprópria para consumo; deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória; fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, desde que destinada à alimentação ou a fim medicinal.

64. Para os efeitos do Decreto-Lei nº 986/1969, assinale a alternativa correta.

- (A) Alimento enriquecido é todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutriente com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado.
- (B) Alimento dietético é todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais, destinado a ser ingerido por pessoas sãs.
- (C) Alimento de fantasia ou artificial é todo alimento preparado com o objetivo de imitar alimento natural com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo.
- (D) Alimento irradiado é todo alimento que tenha sido intencionalmente submetido à ação de radiações ionizantes, com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral, ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento.
- (E) Aditivo intencional é toda substância ou mistura de substâncias, dotadas, ou não, de valor nutritivo, ajuntada ao alimento com a finalidade de preservá-lo ou para outros fins lícitos, obedecidas as normas que vierem a ser elaboradas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

65. Sobre a Lei nº 5.991/1973, assinale a alternativa correta.
- (A) Um mesmo farmacêutico pode acumular a responsabilidade técnica por duas farmácias ou por uma drogaria e uma farmácia.
 - (B) O farmacêutico pode acumular a responsabilidade técnica por unidade farmacêutica e por unidade de drogaria, bem como a responsabilidade por duas drogarias.
 - (C) A legislação diferencia drogaria e farmácia. Na drogaria, além de se efetuar dispensação e comércio de drogas, há a manipulação de fórmulas medicamentosas.
 - (D) A farmácia é uma espécie de drogaria.
 - (E) O artigo 20 veda a acumulação de exercício de direção técnica de uma farmácia e uma drogaria.

66. Para efeitos da Lei nº 5.991/1973, assinale a alternativa que apresenta um conceito adotado.
- (A) Drogaria é o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.
 - (B) Farmácia é o estabelecimento de dispensação e comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais.
 - (C) Estabelecimento é a unidade da empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.
 - (D) Insumo farmacêutico é o produto tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa, ou para fins de diagnóstico.
 - (E) Medicamento é a droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em insumos farmacêuticos, quando for o caso, e seus recipientes.

67. De acordo com o Decreto nº 79.094/1977, assinale a alternativa correta.
- (A) Matéria-prima é a substância ativa ou inativa que se emprega para a fabricação de medicamentos e demais produtos abrangidos por esse Decreto, desde que não sejam alteradas, experimentem modificações ou sejam eliminadas durante o processo de fabricação.
 - (B) Produto Semielaborado é a substância ou mistura de substâncias ainda sob processo de fabricação.
 - (C) É vedada a adoção de nome igual ou assemelhado para produtos de composição diferente, ainda que do mesmo fabricante, ficando assegurada a prioridade do registro, pela ordem cronológica da entrada dos pedidos no Ministério da Saúde.
 - (D) É permitida a mudança de nome do produto registrado, depois da sua comercialização, quando solicitado pela empresa.
 - (E) É permitida a reembalagem no país de produtos importados a granel na embalagem original.

68. Sobre as Leis nº 6.259/1975 e nº 6.360/1976, assinale de alternativa correta.
- (A) A notificação compulsória é obrigatória a todos os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, odontólogos, médicos veterinários, biólogos, biomédicos, farmacêuticos e outros no exercício da profissão, exceto os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino.
 - (B) É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível ou não.
 - (C) Qualquer notificação de casos de doenças tem caráter sigiloso, obrigando, nesse sentido, as autoridades sanitárias que a tenham recebido.
 - (D) Os estabelecimentos abrangidos pela Lei nº 6.360/1976 integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos também dependem de licença para funcionamento, ficando sujeitos, ademais, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.
 - (E) Os produtos importados, cuja comercialização no mercado interno independa de prescrição médica, terão acrescentados, na rotulagem, dizeres esclarecedores, no idioma português, sobre sua composição, suas indicações e seu modo de usar.

69. De acordo com as Leis nº 6.437/1977, nº 7.802/1989, nº 9.294/1996 e os Decretos nº 4.074/2002 e nº 2.018/1996, assinale a alternativa correta.
- (A) Exclui a imputação de infração sanitária a causa decorrente de força maior que vier a determinar alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.
 - (B) As infrações sanitárias classificam-se em: levíssimas, aquelas em que o infrator seja beneficiado por duas ou mais circunstâncias atenuantes; leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por uma circunstância atenuante; graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.
 - (C) A inobservância ou a desobediência às normas sanitárias para o ingresso e a fixação de estrangeiro no país implicará impedimento do desembarque ou permanência do alienígena, no território nacional, pela autoridade policial competente.
 - (D) É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.
 - (E) É vedada a utilização de quaisquer trajes esportivos para veicular a propaganda de produtos fumígenos.

70. Sobre a Lei nº 9.782/1999 e o Decreto nº 3.029/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) O faturamento anual das empresas é utilizado como base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, instituída pela Lei nº 9.782/1999.
- (B) A autorização para funcionamento de empresas de prestação de serviços alternativos de abastecimento de água potável para consumo humano, a bordo de aeronaves e embarcações que operam transporte coletivo nacional e internacional de passageiros, está prevista como fato gerador da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.
- (C) O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária consiste no exercício, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do poder de polícia consubstanciado na vistoria para verificação do cumprimento de exigências sanitárias relativas à desinterdição de produtos importados, armazenados em área externa às instalações portuárias de uso público ou privativo, dentre outros.
- (D) A Taxa de Vigilância Sanitária é cobrada em valor fixo, não importando o lucro ou faturamento efetivo alcançado pelo contribuinte.
- (E) Dentre as atribuições da ANVISA se destacam: a autorização do funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação de medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias, bem como a proibição de fabricação, importação, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde, dispondo a lei ainda acerca da distribuição dos medicamentos por ela liberados.

71. Sobre as Leis nº 11.343/2006, nº 11.903/2009 e o Decreto nº 5.912/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 11.903/2009 define a tecnologia que será empregada pelo Ministério da Saúde para garantir a rastreabilidade dos medicamentos comercializados no Brasil.
- (B) Nas comarcas em que haja vara especializada para julgamento de crimes que envolvam drogas, esta acumulará as atribuições de juizado especial criminal sobre drogas, para efeitos da Lei nº 11.343/2006.
- (C) A 1ª Turma do STF já entendeu cabível a aplicação do postulado da insignificância ao crime de porte e guarda de substância entorpecente.
- (D) Admite-se a concessão de liberdade provisória aos acusados de tráfico de drogas, ainda que presentes os requisitos da prisão preventiva.
- (E) Segundo o STF, a mera utilização de transporte público para o carregamento da droga leva à aplicação da causa de aumento do inciso III do artigo 40 da Lei nº 11.343/2006.

72. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em relação aos princípios fundamentais, às normas de eficácia plena, contida e limitada e às normas programáticas, assinale a alternativa correta.

- (A) O próprio texto constitucional indica que a propaganda de produtos derivados do tabaco poderá sofrer restrições.
- (B) As normas programáticas proporcionam, em regra, direitos subjetivos aos indivíduos.
- (C) Algumas constituições do mundo contêm previsões que visam a assegurar o que se convencionou chamar de conteúdo ou núcleo essencial dos direitos fundamentais. A Constituição brasileira também contém previsão semelhante.
- (D) As normas de eficácia limitada de aplicabilidade mediata, também denominadas normas com eficácia relativa restringível, possuem eficácia mínima conformadora, ao impor o exercício das competências dos órgãos públicos em conformidade com os fins e objetivos estabelecidos pela norma constitucional.
- (E) As normas constitucionais estaduais têm aplicação imediata, alcançando os efeitos futuros de fatos passados, e se expressamente o declararem, podem alcançar até fatos consumados no passado.

73. Sobre os direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e os partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) A garantia da irretroatividade da lei pode ser invocada pela entidade estatal que a tenha editado.
- (B) O STF confere compreensão restritiva à garantia fundamental do mandado de injunção.
- (C) Não se revela possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira *jure matrimonii*.
- (D) Deferida a naturalização, seu desfazimento só pode ocorrer mediante novo processo administrativo.
- (E) A Constituição Federal de 1988 inovou ao estabelecer cláusulas pétreas. A República é uma cláusula pétrea implícita na Constituição.

74. Sobre o conceito, a abrangência e os princípios do Direito Sanitário, é correto afirmar que

- (A) a lista de competências do SUS prevista pelo artigo 200 da Constituição Federal é taxativa.
- (B) nem todas as competências constitucionais do SUS expressas no artigo 200 da Constituição Federal são relacionadas com a segurança sanitária.
- (C) o princípio da segurança sanitária foi reconhecido pela Constituição Federal.
- (D) o princípio da segurança sanitária possui dois princípios que lhe complementam: os princípios da vigilância em saúde e da proteção contra a poluição.
- (E) o princípio do consentimento não é válido para os médicos.

75. Sobre o Estado federal brasileiro, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a Constituição Federal, os Territórios Federais, uma vez criados, não elegem representantes para a Câmara dos Deputados, mas sua população tem a prerrogativa de eleger senadores.
- (B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios não podem ocorrer no mesmo ano das eleições municipais.
- (C) A intervenção de Estado-membro em Município não constitui limite circunstancial ao poder constituinte derivado.
- (D) É lícito ao Estado impor multa ou anistiar os infratores da lei de trânsito.
- (E) Os Municípios não têm competência para fixar o horário do comércio local, ainda que não infringam leis estaduais ou federais válidas.

76. De acordo com as Leis nº 8.080/1990, nº 8.142/1990, o Decreto nº 7.508/2011 e a Lei Complementar nº 141/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei Complementar nº 141 inovou ao regulamentar matéria essencial para o SUS que é o seu financiamento.
- (B) A Lei Complementar nº 141 criou nova fonte de recursos para a saúde pública.
- (C) A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais sujeitam-se à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.
- (D) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados, entre outros, como investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
- (E) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde alocados como despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta destinar-se-ão a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

77. O Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) adota a teoria

- (A) mista ou objetivo-subjetiva no concurso de agentes.
- (B) subjetiva no conceito de autoria.
- (C) objetiva para a punição da tentativa.
- (D) limitada na continuidade delitiva.
- (E) da acessoriedade ilimitada da culpabilidade.

78. Sobre os tratados e acordos internacionais, é correto afirmar que

- (A) o sistema constitucional brasileiro consagra o princípio do efeito direto das convenções internacionais.
- (B) as grandes corporações econômicas podem concluir tratados, quando venham a contratar com os Estados.
- (C) o direito internacional não disciplina o procedimento de ratificação dos tratados.
- (D) é ilícito ao Estado, depois da assinatura, rejeitar as obrigações que adviriam do tratado por considerá-las excessivas ou extremamente onerosas.
- (E) os acordos de crédito contingente (*stand-by arrangements*), bem como os acordos financeiros ampliados (*extended arrangements*) firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) são definidos como tratados internacionais.

79. De acordo com o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), é correto afirmar que

- (A) a doutrina costuma classificar as normas penais em branco em próprias, em que o complemento é determinado pela mesma fonte formal; e em impróprias, em que o complemento está contido em norma procedente de outra instância legislativa ou administrativa.
- (B) no crime continuado comum, aumenta-se a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou do mais grave, se diversos. No crime continuado específico, aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a do mais grave, se diversos, aumentada, em qualquer caso, de $\frac{1}{6}$ a $\frac{2}{3}$. O critério de aumento varia de acordo com a quantidade de crimes.
- (C) admite-se, majoritariamente, a legítima defesa real contra legítima defesa putativa, bem como a legítima defesa putativa contra legítima defesa real.
- (D) é inadmissível a possibilidade de concurso de pessoas em crime culposos.
- (E) o erro na execução difere do erro sobre a pessoa, pois, nesse caso, o agente responde como se tivesse praticado o crime contra a pessoa visada.

80. Acerca da imputabilidade penal, é correto afirmar que
- (A) é possível a substituição da pena pela medida de segurança para o semi-imputável em sede de apelação, ainda quando esta seja apenas da defesa.
 - (B) a internação, ou tratamento ambulatorial, são por tempo indeterminado. O prazo mínimo é de 1 a 3 anos. A desinternação, ou a liberação são condicionais, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, após o decurso de 1 ano, praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.
 - (C) o sentenciado a que sobrevier doença mental, verificada por perícia médica, será internado em manicômio judiciário, ou, à falta, em outro estabelecimento adequado. Em caso de urgência, o diretor do presídio poderá determinar a remoção do sentenciado, comunicando dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas a providência ao juiz, que ratificará ou revogará a medida. Se a internação se prolongar até o término do prazo restante da pena e não houver sido imposta medida de segurança detentiva, o indivíduo terá o destino aconselhado pela sua enfermidade, feita a devida comunicação ao juiz de incapazes.
 - (D) a reclusão distingue-se da detenção quanto à possibilidade de substituição do internamento por tratamento na medida de segurança.
 - (E) é cabível, como tese defensiva subsidiária, a absolvição sumária pela inimputabilidade em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

81. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Muito embora a noção conceitual de funcionário público, para efeitos jurídico-penais, revista-se, em nosso sistema normativo, de conteúdo abrangente, o Prefeito Municipal não é considerado funcionário público para efeitos penais, porquanto se qualifica como agente político.
 - (B) É cabível a causa de aumento do §2º do artigo 327 do Código Penal “A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público” ao Prefeito Municipal.
 - (C) Aquele que trabalha em atividade que não é típica, como vigilância, limpeza ou transporte também ostenta a condição de funcionário público, para fins penais.
 - (D) No artigo 315 do Código Penal “Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei”, a referência à lei é tomada em sentido estrito.
 - (E) Caracteriza-se corrupção passiva se, embora formalmente partida do particular, a oferta da vantagem indevida corresponde, nas circunstâncias do fato, a uma exigência implícita na conduta do funcionário público.

82. Sobre a Lei nº 9.605/1998, é correto afirmar que
- (A) a divisão das Unidades de Conservação em dois grupos (Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação) não possui qualquer utilidade para fins penais.
 - (B) tipifica contravenção penal maltratar plantas de ornamentação em propriedade privada alheia.
 - (C) o crime do artigo 68 “Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental” requer resultado naturalístico para a sua consumação.
 - (D) a assinatura do termo de ajustamento de conduta, firmado na esfera administrativa, entre o Ministério Público e o suposto autor de crime ambiental, impede a instauração da ação penal.
 - (E) o STF não admite a condenação de pessoa jurídica pela prática de crime ambiental nos casos em que houver absolvição da pessoa física relativamente ao mesmo delito.

83. Sobre a taxa de fiscalização de vigilância sanitária, é correto afirmar que
- (A) o STF assentou entendimento segundo o qual a controvérsia acerca da exigibilidade da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária é de natureza constitucional.
 - (B) o Fato Gerador da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária é o ato concreto de registro ou de alteração deste.
 - (C) a ilegalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária restou assente no âmbito dos Tribunais Superiores.
 - (D) havendo duas esferas estatais que exercem a fiscalização sanitária, é de reconhecer a bitributação em relação à taxa cobrada por ambas.
 - (E) a fixação da Taxa de Fiscalização Sanitária não tem como base de cálculo o faturamento das empresas.

84. Sobre os impostos, é correto afirmar que o(a)
- (A) sistema de progressividade no ITCMD não é compatível com a Constituição.
 - (B) princípio da capacidade contributiva não é compatível com os chamados impostos reais.
 - (C) princípio da capacidade contributiva deve ser aplicado a todos os impostos.
 - (D) usucapião está sujeito ao ITBI.
 - (E) operação de mútuo entre empresas integrantes do mesmo grupo econômico não se subsume à hipótese de incidência do IOF.

85. Sobre a imunidade tributária recíproca, é correto afirmar que

- (A) não se aplica à propriedade de veículos automotores destinados à prestação de serviços postais.
- (B) se aplica aos notários e aos registradores.
- (C) se aplica às Caixas de Assistência dos Advogados.
- (D) se aplica à entidade educacional que é contribuinte de fato do ICMS relativo a serviço de energia elétrica.
- (E) se aplica à Ordem dos Advogados do Brasil.

86. Sobre o campo de aplicação do Direito do Consumidor, é correto afirmar que as normas do Código de Defesa do Consumidor

- (A) regem o crédito educativo.
- (B) regem o contrato de prestação de serviço firmado, após procedimento licitatório, com a ECT para construção de agências dos Correios.
- (C) regem os contratos de financiamento celebrados entre a CEF e taxistas para aquisição de veículo.
- (D) não regem as relações entre condomínios e concessionárias de serviços públicos.
- (E) regem a relação entre franqueador e franqueado.

87. Sobre o campo de aplicação do Direito do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, respondem, solidariamente, as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas; subsidiariamente, as sociedades consorciadas; culposamente, as sociedades coligadas.
- (B) a vedação à denúncia à lide disposta no artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor se restringe à responsabilidade do comerciante por vício do produto, não alcançando o defeito na prestação de serviços.
- (C) nos termos do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. Esse preceito não se aplica quando o objeto da cobrança está sujeito à controvérsia na jurisprudência dos Tribunais.
- (D) nos termos do artigo 23 do Código de Defesa do Consumidor, se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
- (E) se admite, em determinadas hipóteses, a imposição compulsória de cláusula arbitral em contratos de adesão firmados sob a vigência do Código de Defesa do Consumidor.

88. Sobre a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a proteção contratual, a responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço e a responsabilidade por vício do produto ou do serviço, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos *gré à gré*, as cláusulas não são discutidas diretamente pelas partes.
- (B) A liquidação do valor devido em execução de ação coletiva realizada com base no artigo 100 do CDC – nos casos em que os beneficiários são identificados, e a obrigação objeto da decisão é passível de individualização – deve ser realizada por artigos, considerando cada um dos contratos. Se houver inércia dos interessados em liquidá-la, deve ser utilizado o instituto da reparação fluida.
- (C) A inversão do ônus da prova de que trata o artigo 6º, inciso VIII do CDC, é regra de julgamento, devendo a decisão judicial que determiná-la ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurar à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade para manifestar-se nos autos.
- (D) Se houver descredenciamento de médicos ou hospitais, a operadora de plano de saúde tem o dever de informar esse fato individualmente a cada um dos associados.
- (E) O prazo prescricional nas ações de responsabilidade civil por acidente aéreo é de 5 anos, com base na Convenção de Montreal.

89. Sobre a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assinale a alternativa correta.

- (A) São ilegítimas, mesmo quando contratadas, as cobranças das tarifas de despesas administrativas para abertura de crédito e de emissão de carnê.
- (B) A casuística pode apresentar novas formas de vulnerabilidade aptas a atrair a incidência do CDC à relação de consumo.
- (C) O credor é responsável pelo pedido de baixa da inscrição do devedor em cadastro de inadimplentes no prazo de 5 dias corridos, contados da efetiva quitação do débito, por aplicação analógica do artigo 43, § 3º, do CDC, sob pena de incorrer em negligência e consequente responsabilização por danos morais, já que tem o dever de manter os cadastros dos serviços de proteção ao crédito atualizados.
- (D) O envio de cartão de crédito bloqueado à residência do consumidor não configura ilícito por não implicar contratação, mas mera proposta de serviço.
- (E) A fiscalização prévia, pelo provedor de conteúdo, do teor das informações postadas na *web* por cada usuário é atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que se pode reputar defeituoso, nos termos do artigo 14 do CDC, o site que não examina e filtra os dados e imagens nele inseridos.

90. Sobre a ordem constitucional econômica, é correto afirmar que

- (A) a Constituição Federal comete à lei dupla função em relação ao capital estrangeiro: incentivar os investimentos e disciplinar os reinvestimentos.
- (B) a livre iniciativa é princípio da ordem econômica, enquanto a livre concorrência é fundamento desta.
- (C) se emprega a expressão “investimentos diretos”, no sentido de financiamentos, empréstimos ou créditos, e “investimentos indiretos”, no sentido de recursos próprios das empresas.
- (D) a defesa do meio ambiente é princípio de integração.
- (E) a Constituição de 1988 foi a primeira a dedicar título exclusivo à “Ordem Econômica Social”.

91. Sobre a Lei nº 8.137/1990, que trata dos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- (A) A apresentação de recibo ideologicamente falso à autoridade fazendária, no bojo de ação fiscal, como forma de comprovar a dedução de despesas para a redução da base de cálculo do IRPF, constitui delito de sonegação fiscal.
- (B) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, antes do lançamento definitivo do tributo, mas é preciso perquirir caso a caso a necessidade de esgotamento do processo administrativo-fiscal para iniciar-se a persecução criminal.
- (C) Quem envia, ilicitamente, valores ao exterior, sonegando pagamento de imposto sobre a operação, incorre, em tese, em concurso formal de crimes, de modo que a extinção da punibilidade do delito de sonegação não descaracteriza nem apaga o de evasão de divisas.
- (D) A pendência do procedimento administrativo-fiscal impede a instauração da ação penal, mas não do inquérito policial.
- (E) O crime funcional contra a ordem tributária do artigo 3º, inciso II “exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente”, exige que o servidor tenha a atribuição específica de lançamento tributário.

92. Sobre a intervenção do Estado no domínio econômico, é correto afirmar que

- (A) a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista é forma de intervenção direta do Estado na economia.
- (B) a exploração direta da atividade econômica é excepcional e subsidiária, sendo permitida apenas quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, definidos em regulamento.
- (C) as cooperativas favorecerão a organização da atividade garimpeira, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social.
- (D) a intervenção do domínio econômico não pode ser realizada por todas as pessoas políticas.
- (E) o Estado não pode, por via legislativa, regular a política de preços de bens e de serviços, pois nem sempre será abusivo o poder que visa ao aumento arbitrário dos lucros.

93. Sobre a recuperação judicial e a falência, é correto afirmar que

- (A) a concessão da recuperação judicial para a empresa em crise econômico-financeira não tem qualquer influência na cobrança judicial dos tributos por ela devidos, razão pela qual não são vedados, em tal circunstância, atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial.
- (B) as despesas com arrecadação, administração e realização do ativo beneficiam a todos os credores e constituem encargos da massa falida. As obrigações da massa, que se constituem em encargos, devem ser satisfeitas após os créditos tributários.
- (C) no processo falimentar, o crédito tributário tem preferência sobre os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- (D) o empresário irregular não pode pedir a própria falência ou recuperação.
- (E) não é possível estender os efeitos da falência de uma empresa a outra, na hipótese em que não há vínculo societário direto entre as empresas, mas tão somente suspeitas de realização de operações societárias para desvio de patrimônio da falida.

94. Sobre a aplicação da lei no tempo e no espaço, é **incorreto** afirmar que

- (A) a teoria da territorialidade temperada foi adotada pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (B) a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é considerada uma *lex legum*, ou seja, uma norma de sobredireito.
- (C) a regra do §4º do artigo 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo a qual as correções a texto de lei já em vigor consumiram-se lei nova, não se aplica às retificações de ato normativo inexistente.
- (D) as emendas constitucionais sujeitam-se à *vacatio legis*.
- (E) segundo o STF, a nova lei não atinge os efeitos previstos e delimitados em contrato anterior.

<p>95. Sobre as pessoas, é correto afirmar que</p> <p>(A) o nascituro tem resguardados seus direitos, logo tem personalidade.</p> <p>(B) a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.</p> <p>(C) é vedada a disposição gratuita do próprio corpo com objetivos exclusivamente científicos.</p> <p>(D) o paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes a tratamento médico que possa lhe causar risco de vida no curso de quaisquer procedimentos médicos.</p> <p>(E) as associações não podem desenvolver atividade econômica.</p>	<p>98. Sobre as sociedades limitadas, as sociedades anônimas e as várias espécies de contratos, é correto afirmar que</p> <p>(A) é permitido aos administradores de sociedades anônimas votarem para aprovação/rejeição de suas próprias contas, desde que o façam por interposta pessoa.</p> <p>(B) o adquirente de cotas ou ações adere ao contrato social ou estatuto no que se refere à cláusula compromissória (cláusula de arbitragem) nele existente; assim, estará vinculado à previsão da opção da jurisdição arbitral, desde que haja assinatura e/ou manifestação específica a esse respeito.</p> <p>(C) o capital social da sociedade limitada poderá ser integralizado, no todo ou em parte, com quotas ou ações de outra sociedade.</p> <p>(D) em contratos empresariais, é ilícito às partes contratantes estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação dos requisitos de revisão e/ou resolução do pacto contratual.</p> <p>(E) os contratos empresariais coligados, concretamente formados por unidade de interesses econômicos, não permitem a arguição da exceção de contrato não cumprido, salvo quando a obrigação inadimplida seja de escassa importância.</p>
<p>96. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Nas violações aos direitos relativos a marcas, patentes e desenhos industriais, será assegurada a reparação civil ao seu titular, excluídos os danos extrapatrimoniais.</p> <p>(B) Constituem danos diretos e reparáveis as despesas suportadas pela operadora de plano de saúde decorrentes de complicações de procedimentos por ela não cobertos.</p> <p>(C) A responsabilidade civil do dono do prédio ou construção por sua ruína, tratada pelo artigo 937 do CC, é subjetiva.</p> <p>(D) No transporte aéreo, nacional e internacional, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros gratuitos, que viajarem por cortesia, é subjetiva.</p> <p>(E) A responsabilidade civil pela prática do exercício não regular de direito é objetiva, não importando a consciência do excesso.</p>	<p>99. Sobre os contratos em geral, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os contratos bilaterais não são os únicos passíveis de lesão.</p> <p>(B) O instituto da lesão está previsto apenas no Código Civil.</p> <p>(C) Os contratos empresariais também podem ser anulados pelo vício da lesão fundada na inexperiência.</p> <p>(D) Os vícios do consentimento são: o erro, o dolo, o estado de perigo e a lesão. Já a coação e a fraude contra credores são vícios sociais.</p> <p>(E) Os contratos não precisam prever os elementos naturais, embora não sejam essenciais à avença.</p>
<p>97. Sobre o direito de empresa, é correto afirmar que</p> <p>(A) decisão judicial que considera ser o nome empresarial violador do direito de marca implica a anulação do respectivo registro no órgão próprio retirando-lhe os efeitos.</p> <p>(B) a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI não é sociedade unipessoal, mas um novo ente, distinto da pessoa do empresário e da sociedade empresária.</p> <p>(C) mesmo subscrito e efetivamente integralizado, o capital da empresa individual de responsabilidade limitada poderá sofrer influência decorrente de ulteriores alterações no salário mínimo.</p> <p>(D) a sub-rogação do adquirente nos contratos de exploração atinentes ao estabelecimento adquirido, mesmo que possuam caráter pessoal, é a regra geral, incluindo o contrato de locação.</p> <p>(E) nas sociedades simples, os sócios não podem limitar suas responsabilidades proporcionalmente à sua participação no capital social, ressalvadas as disposições específicas.</p>	<p>100. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) se exige a presença dos sócios em ação por improbidade administrativa movida contra pessoa jurídica.</p> <p>(B) a Lei de Improbidade Administrativa pode ser aplicada retroativamente para alcançar fatos anteriores à sua vigência.</p> <p>(C) é assente no âmbito do STJ que a Lei de Improbidade Administrativa e os severos gravames que dela decorrem visam a punir o administrador inábil.</p> <p>(D) é objetivo da Lei de Improbidade Administrativa preservar ou recompor o patrimônio público ou os atos da administração.</p> <p>(E) na ação civil pública de improbidade administrativa, só o pedido de ressarcimento do dano ao erário é imprescritível. Os demais prescrevem.</p>

101. Sobre a Lei nº 9.986/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (A) Regulamento próprio de cada Agência Reguladora disporá sobre a forma da não-coincidência de mandato dos Conselheiros e dos Diretores.
- (B) O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar serviço no setor regulado por qualquer agência reguladora, por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.
- (C) Os Conselheiros e os Diretores das Agências Reguladoras somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar, podendo o Regulamento próprio de cada Agência prever outras condições.
- (D) A lei de criação de cada Agência disporá sobre o detalhamento e as especificidades dos concursos públicos.
- (E) A lei de criação da Agência definirá as atribuições do Ouvidor, assegurando-se-lhe autonomia e independência de atuação e condição plena para desempenho de suas atividades.

102. Sobre a Lei nº 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibido aos servidores em efetivo exercício na ANVISA contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da entidade. A infração dessa proibição é considerada falta grave, sujeitando o infrator à pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (B) Os servidores em efetivo exercício na ANVISA têm o dever de manter sigilo sobre as operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições reguladas de que tiverem conhecimento em razão do cargo ou da função. A não observância a esse dever é punida com a pena de advertência, de suspensão, de demissão ou de cassação de aposentadoria.
- (C) A carreira de analista administrativo de Agência Reguladora tem atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais referidas no Anexo I da Lei nº 10.871/2004, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.
- (D) Para fins da Lei nº 10.871/2004, promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- (E) Para fins da Lei nº 10.871/2004, progressão é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

103. Sobre a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os efeitos da lei que regula o acesso a informações considera-se integridade a primariedade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino, e, qualidade, a informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (B) O acesso à informação de que trata a lei compreende, entre outros, os direitos de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, salvo se esse vínculo já tiver cessado.
- (C) O acesso à informação de que trata a lei compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, ainda que o sigilo seja prescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.
- (E) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e descendentes serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

104. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da responsabilidade objetiva do Estado fundamenta-se em preceito da Declaração dos Direitos do Homem de 1789.
- (B) Em matéria de estacionamentos, o Estado deve assumir a guarda e responsabilidade do veículo quando este ingressa em área pertencente a estabelecimento público independentemente de estar dotado de vigilância especializada para esse fim.
- (C) Em matéria de proteção ambiental, há responsabilidade civil do Estado quando a omissão de cumprimento adequado do seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento do dano causado pelo seu causador direto. Trata-se de responsabilidade solidária.
- (D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e subjetiva relativamente a não-usuários do serviço.
- (E) A responsabilidade do Estado por ato de concessionário é sempre subsidiária.

105. Sobre a Lei nº 9.873/1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados, no caso de infração permanente ou continuada, da data da prática do ato.
- (B) prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- (C) ressalvadas as hipóteses de interrupção pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; pelo protesto judicial; por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor; por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal, para as infrações ocorridas há mais de três anos, contados do dia 1º de julho de 1998, a prescrição operará em dois anos, a partir dessa data. Essa regra não se aplica às hipóteses em que a prescrição já houver se consumado antes da sua entrada em vigor.
- (D) constituído o crédito tributário, após o término regular do processo administrativo, prescreve em cinco anos a ação de execução da Administração Pública Federal relativa a crédito decorrente da aplicação de multa por infração à legislação em vigor.
- (E) a regra excepcional sobre prescrição administrativa, inserta no artigo 4º da Lei nº 9.873/1999, segundo a qual para todas as infrações cometidas antes de 01.07.1995, a pretensão punitiva da Administração estará prescrita a partir de 01.07.2000, mesmo se algum ato interruptivo tiver ocorrido depois de 01.07.1998.

106. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) A vedação aos magistrados egressos da advocacia ou do Ministério Público de se candidatarem às vagas de ministro do STJ configura tratamento desigual de pessoas em identidade de situações e criaria desembargadores e juizes de duas categorias.
- (B) Norma de Constituição Estadual pode proibir nomeação de membro do Ministério Público para cargo de confiança que integre a estrutura organizacional daquele órgão.
- (C) Pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade o Defensor Público-Geral Federal.
- (D) Compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- (E) Lei estadual que trate sobre Defensoria Pública pode ser apresentada por parlamentar.

107. Sobre a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Autoridade é qualquer servidor ou agente público.
- (B) O artigo 54 “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé” não se aplica à aposentadoria, porque esta reclama atos sequenciais.
- (C) Os atos administrativos praticados antes de 1º de fevereiro de 1999 – dia em que entrou em vigor a Lei nº 9.784/1999 – não podem ser revistos pela Administração, por inexistir norma legal expressa sobre o tema.
- (D) Salvo comprovada má-fé, os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, sejam nulos, sejam anuláveis, sujeitam-se ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos.
- (E) Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de modo contínuo.

108. Sobre o poder de polícia, é correto afirmar que

- (A) as atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupos, a saber: legislação, consentimento, fiscalização e sanção. Somente os atos relativos a sanção são delegáveis.
- (B) à luz da jurisprudência do STF, a existência do órgão administrativo é condição para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, pois constitui um dos elementos admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.
- (C) são atributos do poder de polícia a autoexecutoriedade e a coercibilidade. A doutrina não diverge quanto à discricionariedade.
- (D) a aplicação de sanções administrativas, decorrente do exercício do poder de polícia, independe de o ato praticado pelo administrado estar previamente definido pela lei como infração administrativa.
- (E) a sanção administrativa é consectário do poder de polícia regulado por normas administrativas. A aplicação principiológica da isonomia, por si só, impõe a incidência recíproca do prazo prescricional de 5 anos nas pretensões deduzidas em face da Fazenda e desta em face do administrado.

109. Em relação às Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (A) As agências reguladoras exprimem o fenômeno chamado de delegação receptícia ou remissiva.
- (B) A autarquia pertencente à Administração Pública Federal precisa obedecer a dois requisitos para que possa ser qualificada como Agência Reguladora: ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor e ter plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional, voltado para a melhoria da qualidade da gestão e para a redução de custos, já concluído ou em andamento.
- (C) A Lei das Agências Reguladoras excluiu a possibilidade de revisão dos atos administrativos – quanto à legitimidade – praticados por estas autarquias executivas.
- (D) A atividade fiscalizadora e normativa das Agências Reguladoras exclui a atuação de outros órgãos federais, municipais, estaduais ou do Distrito Federal.
- (E) A regulação das atividades *pro populo* são impositivas para as entidades pertinentes.

110. O ministro da Saúde anunciou medidas para reduzir em até 40% o prazo para análise de registro de novos medicamentos. O ministro divulgou a criação do Sistema de Registro Eletrônico de Medicamentos. O sistema irá reduzir o prazo de registro junto à Anvisa. “Quanto mais registros de medicamentos, melhor. Estimulamos a produção e aumentamos a competitividade”, disse o ministro depois de participar de um almoço com empresários em São Paulo (adaptado - Valor, 25/3/2013). Em relação aos prazos de registro junto à ANVISA, assinale a alternativa correta.

- (A) Os medicamentos similares a serem fabricados no país, consideram-se registrados após decorrido o prazo de cento e oitenta dias contado da apresentação do respectivo requerimento, se até então não tiver sido indeferido.
- (B) A contagem do prazo para registro será interrompida até a satisfação, pela empresa interessada, de exigência da autoridade sanitária, podendo tal prazo, em determinadas hipóteses, exceder a cento e oitenta dias.
- (C) O registro perderá a sua validade, independentemente de notificação ou interpelação, se o produto não for comercializado no prazo de um ano após a data de sua concessão, prorrogável por mais seis meses, a critério da autoridade sanitária, mediante justificação escrita de iniciativa da empresa interessada.
- (D) Estão isentos de registro os solutos concentrados que sirvam para a obtenção extemporânea de preparações farmacêuticas e industriais, considerados produtos oficiais.
- (E) Estão isentos de registros os preparados homeopáticos constituídos por simples associações de tinturas ou por incorporação a substâncias sólidas.

111. Uma fabricante de bebidas anunciou *recall* de um de seus produtos. Segundo a companhia, lotes do produto contaminados com solução de limpeza foram distribuídos em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A contaminação decorreu “de uma falha no processo de higienização, que resultou no envase de embalagens” com a solução de limpeza e que “o consumo do produto nessas condições pode causar queimaduras” (adaptado - Valor 14/3/2013). Em relação ao chamamento de produto em *recall*, assinale a alternativa correta.

- (A) A circunstância de o adquirente não levar o produto para conserto, em atenção a *recall*, isenta o fabricante da obrigação de indenizar.
- (B) O fornecedor se desobriga da reparação ou substituição do produto ou serviço findo o prazo da campanha de chamamento.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê implicitamente a comunicação relativa à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo.
- (D) O simples chamamento de produto em *recall* gera danos morais.
- (E) A espontaneidade da realização do *recall* tido por intempestivo pela Administração autoriza a graduação da multa por descumprimento da obrigação prevista no Código de Defesa do Consumidor.

112. O governo federal quer aumentar a autonomia das Agências Reguladoras, desde que esses órgãos se comprometam a cumprir prazos e metas previamente estabelecidos. “Queremos fortalecer as agências, para que o consumidor possa dispor de um serviço de qualidade. Para isso, haverá uma fiscalização do cumprimento de prazos e metas”, disse a ministra-chefe da Casa Civil (adaptado - Valor, 14/3/2013). Em relação às Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (A) No que tange à autonomia técnica, o que caracteriza as Agências Reguladoras é a impossibilidade de se interpor recurso hierárquico próprio contra as decisões emanadas dos seus dirigentes.
- (B) Até quatro meses após deixar o cargo, é vedado ao ex-dirigente da ANVISA representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência.
- (C) O STF reconheceu ser inconstitucional a impossibilidade de exoneração *ad nutum* dos dirigentes das Agências Reguladoras.
- (D) A natureza de autarquia executiva conferida à ANVISA é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.
- (E) Não há suficiente autonomia para as Agências que lhes possa permitir ladear, mesmo dentro da lei, as políticas e orientações da administração superior.

113. Sobre a propriedade industrial e intelectual, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser depositado pedido de patente relativo às substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos e as substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie, bem como os respectivos processos de obtenção ou modificação, por quem tenha proteção garantida em tratado ou convenção em vigor no Brasil, ficando assegurada a data do primeiro depósito no exterior, ainda que seu objeto tenha sido colocado no mercado, por iniciativa direta do titular ou por terceiro com seu consentimento, ou tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto do pedido ou da patente.
- (B) A finalidade da proteção ao uso das marcas é única: protegê-la contra usurpação, proveito econômico parasitário e o desvio desleal de clientela alheia.
- (C) É vedado, em qualquer hipótese, o registro de nomes semelhantes para medicamentos produzidos por empresas farmacêuticas diferentes.
- (D) A empresa que obteve autorização da ANVISA, fabrica e comercializa medicamento genérico e similar com o mesmo princípio ativo e sob a forma da apresentação reivindicada tem interesse meramente econômico para intervir no feito como assistente litisconsorcial do INPI, em ação em que se busca a anulação de ato administrativo da autarquia que indefere o registro de indústria farmacêutica, por ausência de atividade inventiva.
- (E) O deferimento, nos termos da legislação estrangeira, de prorrogação da validade da patente originária não pode fundamentar a modificação do tempo de vigência da sua revalidação no Brasil, de modo a ultrapassar, inclusive, o limite de vinte anos contados do primeiro depósito no exterior.

114. Sobre regulação e Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (A) A terminologia “Agência Reguladora” encontra respaldo na Carta Constitucional de 1988, que utilizou o termo para se referir à criação de autoridades regulatórias independentes.
- (B) A autonomia das Agências Reguladoras desdobra-se em duas distintas espécies, quais sejam, a orgânica e a administrativa. A primeira se refere à importância de se conferir à Agência os meios para efetivar suas competências. A autonomia administrativa se relaciona ao exercício das atividades fim da Agência.
- (C) As Agências Reguladoras desenvolvem funções de Estado.
- (D) A regulação executiva se desenvolve, exclusivamente, por meio de atos de consentimento de ingresso no mercado, mediante a concessão de licenças, autorizações e permissões.
- (E) No exercício da regulação dos serviços públicos, a Agência Reguladora não dispõe de acesso, por expressa vedação legal, aos dados financeiros da concessionária.

115. Em relação à regulação e à desestatização, é correto afirmar que

- (A) o modelo regulatório decorre do fenômeno de “mutação constitucional”.
- (B) o Poder Constituinte previu a prestação direta da atividade econômica como função primordial do Estado.
- (C) a desestatização compreende a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou por meio de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger os administradores da sociedade; e a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados em monopólio, diretamente ou por meio de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade.
- (D) quanto à amplitude do conceito, existem três concepções de regulação: em sentido amplo, que é toda forma de intervenção do Estado na economia, independentemente de seus instrumentos e fins; num sentido menos abrangente, que é o condicionamento normativo da atividade econômica privada; num sentido restrito, que equivale ao condicionamento, coordenação e disciplina da atividade econômica privada.
- (E) não se mostra correto equiparar os fenômenos “delegação da prestação de serviço público a particulares” e “desregulação”, pois que, no segundo caso, o Estado não busca se retirar da atividade econômica, mas sim modificar a sua forma de atuação, passando a agir como gestor – e não mais agente – da atividade econômica.

116. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplica-se a teoria da imprevisão para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.
- (B) No que tange às permissões para a prestação de serviço de transporte público, a jurisprudência e a doutrina têm entendido que se tratam de verdadeiros contratos, enquadrando-as na espécie “autorização qualificada ou condicionada”, devendo, portanto, ser-lhes aplicadas as normas relativas à concessão, e, por conseguinte, aos contratos administrativos.
- (C) É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do Tribunal de Contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público.
- (D) É legal a retenção ao pagamento devido a fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco.
- (E) Os atos e contratos administrativos que omitirem ou desatenderem à publicidade necessária não deixam de produzir seus regulares efeitos, mas se expõem a invalidação por falta desse requisito de eficácia e moralidade.

117. Em relação ao Direito Internacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo repúdio à tortura e ao racismo.
- (B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de nações.
- (C) Os tratados e as convenções internacionais suspendem a eficácia da legislação tributária interna, mas não serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (D) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Internacional dos Direitos Humanos a cuja criação tenha manifestado adesão.
- (E) O Poder Judiciário dispõe de competência, para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ao sistema de Direito Positivo interno, independentemente do procedimento de sua incorporação e da sua posição hierárquica.

118. No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O TCU tem competência para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação que se originou.
- (B) O TCU está autorizado a requisitar informações que importem a quebra de sigilo bancário.
- (C) Os Tribunais de Contas possuem competência para editar normas impositivas ao Poder Executivo ou aos particulares, por exemplo, como devem aplicar a Lei nº 8.666/1993 em determinado sentido.
- (D) O Tribunal de Contas da União, em sede de tomada de contas especial, vincula-se ao resultado de processo administrativo disciplinar.
- (E) A representação ao TCU contra eventual irregularidade na aplicação da lei de licitações está limitada pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, previsto na Lei nº 8.666/1993.

119. Acerca da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Há acordos internacionais que possibilitam condições vantajosas para a aquisição de bens e serviços. Não se dispensa a licitação para tais tipos de contratos.
- (B) É inexigível a licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito da Lei nº 8.080/1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de absorção tecnológica.
- (C) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até trinta mil reais para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.
- (D) É dispensável a licitação para outros serviços e compras de valor até três mil reais para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.
- (E) O STJ tem entendimento de que a norma geral da Lei nº 8.666/1993, ao se referir à inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, deve ficar restrita à esfera da Administração que efetuou a punição.

120. Sobre o Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, analise as assertivas abaixo.

- I. Quanto ao julgamento em 1ª instância, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção na apreciação da prova, podendo determinar as diligências que entender necessárias.
- II. Em relação ao julgamento em instância especial, as propostas de aplicação de equidade apresentadas pelos Conselhos de Contribuintes atenderão às características materiais e formais da espécie julgada e serão restritas à dispensa total de penalidade pecuniária, nos casos em que não houver reincidência nem sonegação, fraude ou conluio.
- III. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.
- IV. Os prazos serão contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia do início e excluindo-se o do vencimento.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.